



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA – DLA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES – DLA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS –
LÍNGUA PORTUGUESA

MICHELLE MORAIS DA SILVA

O SIGNO IDEOLÓGICO *PRESIDENTA*:
A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

CAMPINA GRANDE – PB

2014

MICHELLE MORAIS DA SILVA

O SIGNO IDEOLÓGICO *PRESIDENTA*:
A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Monografia apresentada à disciplina Trabalho Acadêmico Orientado como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Letras (Habilitação Língua Portuguesa) na Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Dr.^a Alfredina Rosa Oliveira do Vale.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

586 Silva, Michelle Morais da
O signo ideológico presidenta [manuscrito] : a consolidação da identidade feminina / Michelle Morais da Silva. - 2014.
50 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale,
Departamento de Letras".

1. Linguística 2. Discurso 3. Signo Ideológico 4. Identidade Feminina I. Título.

21. ed. CDD 410

MICHELLE MORAIS DA SILVA

O SIGNO IDEOLÓGICO *PRESIDENTA*:
A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Trabalho aprovado em: 03 de julho de 2014

BANCA EXAMINADORA

Alfredina Rosa Oliveira do Vale Nota 9,0
Prof.^a Dr.^a Alfredina Rosa Oliveira do Vale (UEPB)
Orientador

Simone Dália de Gusmão Aranha Nota 9,0
Prof.^a Dr.^a Simone Dália de Gusmão Aranha (UEPB)
Examinador

Tânia Maria Augusto Pereira Nota 9,0
Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Augusto Pereira (UEPB)
Examinador

Média 9,0

CAMPINA GRANDE – PB

2014

DEDICATÓRIA

A ti, Senhor, dedico esta conquista e expresso minha eterna gratidão, e principalmente aos meus queridos pais, Sebastião e Geni, pelo exemplo de dedicação e amor, meu reconhecimento e respeito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, soberano protetor e guia de todos os meus passos. A Ele, a verdadeira e absoluta glória de toda realização.

Aos meus familiares, que souberam sempre entender meus gigantes momentos de ausência, de pouca paciência e até de descontrole emocional, por ocasião da produção desta Monografia. Em especial, aos meus pais, Basto e Geni, que não só me deram a vida, mas que foram e sempre serão meu norte para vivê-la com dignidade.

A minha querida orientadora, Dr^a Alfredina Rosa Oliveira do Vale, que acreditou no meu trabalho e soube compreender minhas tantas limitações. Sem sua diletta e firme orientação, com certeza, eu não teria conseguido finalizar esta pesquisa. Nunca saberei expressar minha admiração por seu trabalho.

Às examinadoras, Prof^a Dr.^a Simone Dália de Gusmão Aranha e a Prof^a Dr.^a Tânia Maria Augusto Pereira, professoras renomadas e admiradas pelos discentes deste curso. As quais gentilmente se dispuseram a contribuir nesta etapa final, com sua honrosa avaliação.

Aos meus amigos tão queridos que muito me ajudaram. Amigos feitos no curso de Letras Língua Portuguesa, razões agora de saudade. E hoje, os tão queridos conquistados na habilitação Língua Espanhola, sem os quais não conseguiria concluir este estudo sem prejudicar o período em curso. Exemplos ricos de amizade e cumplicidade.

Aos colegas que comigo compartilharam das longas viagens diárias no traslado Equador/Campina Grande, cada um com seu sorriso e companhia ajudaram a aplacar a exaustão causada pela distância.

A vocês, e quem sabe a outros, que a emoção tem dificultado agora a escrita, minha mais sincera e infinita gratidão.

Obrigada!

A distância entre sonhar e fazer pode ser bem mais curta do que se imagina, desde que a gente tenha coragem, competência e determinação.

Dilma Rousseff

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a palavra *presidenta*, compreendido como signo ideológico que representa a posição e/ou espaço social que a mulher alcançou no cenário público brasileiro. Objetivamos evidenciar como elementos linguísticos podem representar os avanços sociais no que diz respeito à identidade e o papel social da mulher. Buscando a partir disso responder a seguinte problemática: como a escolha da palavra *presidenta*, signo ideológico, reflete a consolidação da identidade feminina no espaço público brasileiro? Para responder este questionamento traçamos uma descrição do termo *presidenta*, analisando-o sob a perspectiva da Gramática Tradicional, justificando assim a sua legitimidade como variante de gênero da palavra presidente e estudando seus pressupostos ideológicos implícitos. Tecendo também uma reflexão histórica sobre a condição da mulher na sociedade, e através de fragmentos do discurso político-feminista de Dilma Rousseff, a luz da Análise do Discurso Francesa, constatamos que a escolha pelo signo *presidenta* não foi uma ação aleatória, mas decisão respaldada em um discurso político-feminista, em busca da consolidação da identidade feminina da mulher brasileira. A análise nos permitiu ainda concluir que, do ponto de vista gramatical, o termo *presidenta* é legítimo, não configurando “erro” algum o seu uso.

Palavras-chave: Discurso, Signo Ideológico, Identidade Feminina, Ethos Discursivo

RESUMEN

Esta investigación presenta un estudio sobre la palabra *presidenta*, comprendido como un signo ideológico que representa la posición y/o espacio social alcanzado por la mujer en la arena pública brasileña. Con el objetivo de evidenciar como elementos lingüísticos poden representar los avances sociales en lo que toca a la identidad y a el papel social de la mujer. Buscando con este hecho, contestar a la siguiente problemática: ¿cómo la elección de la palabra *presidenta*, signo ideológico, refleja la consolidación de la identidad femenina en el espacio público brasileño? Para responder a esta pregunta trazamos una descripción del término *presidenta*, analizándolo según la perspectiva de la Gramática Tradicional, justificando así su legitimidad como la variante de género de presidente y estudiando sus supuestos ideológicos implícitos. También tejiendo una reflexión histórica sobre la condición de la mujer en la sociedad y a través de fragmentos de discursos político-feministas de Dilma Rousseff, a luz del análisis del discurso francesa, concluimos que la elección por el signo *presidenta* no fue una acción aleatoria, pero respaldada por un discurso político feminista, en busca de la consolidación de la identidad femenina de las mujeres brasileñas. El análisis también permitió concluir que del punto de vista gramatical el término *presidenta* es legítimo, su uso no pose, por lo tanto, cualquier error.

Palabras-clave: Discurso, Signo Ideológico, Identidad Femenina, Ethos Discursivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A mulher na sociedade: raízes dos preconceitos e estereótipos femininos	12
2 Aspectos da trajetória feminina na política brasileira	16
2.1 Dilma Rousseff: elementos biográficos e trajetória política	17
3 Breves considerações sobre linguagem e discurso	20
3.1 Alguns elementos do discurso político	21
4 O discurso da presidenta: a construção do <i>ethos</i> feminino	23
4.1 O signo presidenta: símbolo do triunfo feminino	24
4.2 Vocativos femininos: escolhas linguísticas e/ou ideológicas	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXO	35

INTRODUÇÃO

No discorrer da história, a mulher esteve relegada ao espaço privado, onde não lhe era permitido ter vez ou voz. Os registros sobre as desigualdades entre os gêneros remontam aos primórdios da humanidade. Na Grécia antiga, afirma Silva (2010), a mulher era vista como ocupante de uma posição inferior na escala metafísica, portanto, aos homens cabia o direito de executar as atividades da vida pública. Coube a mulher rebelar-se contra esta imposição de inferioridade e galgar, ao longo dos séculos, um espaço digno e igualitário. Uma missão árdua, mas que na atualidade é possível enxergar seus frutos.

Nesta pesquisa tomamos como objeto de estudo a palavra *presidenta*, como signo ideológico, representando a posição e/ou espaço social que a mulher alcançou no cenário público brasileiro. Nossa hipótese consiste na ideia de que a opção de Dilma Rousseff pela palavra *presidenta*, ao invés de *presidente*, representa, a partir de um discurso feminista, reunido em único signo ideológico, a consolidação da posição social que a mulher brasileira ocupa neste início do Século XXI.

O que nos remete a seguinte problemática: Como a escolha da palavra *presidenta*, signo ideológico, reflete a consolidação da identidade feminina no espaço público brasileiro?

Ao fazermos uma sucinta retrospectiva sobre as condições da mulher no contexto histórico e refletir sobre alguns dos estereótipos que lhe foram atribuídos durante os séculos, objetivamos evidenciar como elementos linguísticos podem representar os avanços sociais no que diz respeito à identidade e o papel social da mulher, particularmente, na sociedade brasileira.

Pretendemos assim observar como o uso do marcador de gênero, o morfema *-a*, pode representar uma consolidação da identidade feminina no espaço público brasileiro. Neste sentido, é preciso verificar como o termo *presidenta* carrega em si uma carga histórico-social, que traz implicitamente uma construção discursiva da identidade feminina. Procuramos também identificar como signos linguísticos são reveladores de formações discursivas.

Seguindo esta linha de pensamento, estudamos o vocábulo *presidenta*, descrevendo-o como signo ideológico que representa a posição alcançada pela mulher no espaço público brasileiro. Para tanto, fizemos uma justificativa, com base na Gramática Tradicional, da legitimidade de seu uso, bem como um estudo dos pressupostos ideológicos que o termo *presidenta* carrega. Pautados em uma reflexão histórica sobre a condição da mulher na sociedade, e através de fragmentos de discursos político-feministas de Dilma Rousseff,

norteamos a nossa pesquisa pelos caminhos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, tentando responder a questão problema levantada nesta pesquisa.

Para tanto, nos guiamos pela luz de estudiosos como Mary Del Priore, historiadora e escritora, a qual nos propiciou a compreensão do ponto de vista histórico, da trajetória da mulher. Com Eni Orlandi elucidamos a questão da constituição dos sentidos, entendidos aqui como decisivos para as relações sociais. Helena Brandão nos proporcionou, com clareza, os fundamentos essenciais para a compreensão da AD. Na leitura desafiadora de Mikhail Bakhtin, percebemos que este estudioso concorda com Saussure que a língua é um fato social fundada na necessidade de interação, porém, contrapondo-se a esse, critica a concepção de língua enquanto *sistema de regras*. Entendemos com o filósofo russo que o enunciado é revelador de identidades. E para pautar a explicitação sobre o discurso político, tomamos como alicerce os trabalhos de Patrick Charaudeau y Patrick Champagne, porque estes estudiosos explicam, com clareza, os implícitos e os explícitos dentro das falas dos políticos, bem como as suas estratégias de persuasão.

Diante do exposto, nossa pesquisa justifica-se por esclarecer definitivamente a questão linguística: Dilma Rousseff é “a presidente” ou “a presidenta” do Brasil? Um tema que ganhou espaço na mídia nacional. A escolha do signo ideológico *presidenta*, por parte da mandatária brasileira, não aconteceu de maneira aleatória, mas tem respaldo em um discurso político-feminista, em busca da consolidação da identidade feminina da mulher brasileira.

Esta monografia se constitui de quatro capítulos. O primeiro, *A mulher na sociedade: raízes dos preconceitos e estereótipos femininos*, tece uma descrição histórica da mulher na sociedade, mostrando desde as raízes dos preconceitos e estereótipos que a colocavam na condição de inferior e vulnerável, até momentos da luta em busca de um espaço na sociedade. No segundo capítulo, *Aspectos da trajetória feminina na política brasileira*, encontram-se aspectos da participação da mulher na trajetória política do Brasil, partindo do primeiro voto até a chegada à presidência da república. Como uma subdivisão deste mesmo capítulo é feita uma descrição de momentos da vida pessoal e política da presidenta Dilma Rousseff. No terceiro capítulo, *Breves considerações sobre linguagem e discurso*, estão expostas as reflexões sobre conceitos de linguagem e discurso. E por fim, o quarto capítulo, *O discurso da presidenta: a construção do ethos feminino*, traz uma explicitação da construção do ethos feminino no discurso da presidenta Dilma Rousseff. Num segundo tópico está o estudo do signo *presidenta*, justificado do ponto de vista gramatical e em seus aspectos ideológicos. Por fim, uma breve reflexão de fragmentos do discurso feminista da *presidenta* com intuito de responder ao questionamento suscitado nesta pesquisa.

1. A mulher na sociedade: raízes dos preconceitos e estereótipos femininos

As relações sociais entre homens e mulheres ao longo dos séculos delinearam um quadro de autoridade masculina e submissão feminina. Para o homem, o *status* de líder e senhor, quanto à mulher restara-lhe o papel da cultivadora do silêncio e da anulação pessoal. Cristalizando-se tradicionalmente a imagem do ser frágil e inferior.

Essa subjugação feminina, que já tomava forma nas sociedades Neolíticas, período em que, conforme estudos de Bessa (2007), a mulher recebia a função dos cuidados domésticos enquanto o homem dedicava-se às atividades de subsistência da família, firmou-se na Grécia antiga onde, segundo Silva (2010), “às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e aos cuidados do lar, portanto, para a vida privada” (p. 557).

Estas práticas influenciaram fortemente os moldes familiares criando diferenciação na educação dos filhos, elegendo atividades e brincadeiras exclusivas e próprias de acordo com o sexo da criança. A família habituou-se a induzir os meninos a valorizarem os carrinhos, as bolas e as atividades físicas e a instigar as meninas a dedicarem-se às bonecas, aos bordados e a mostrar-se como o padrão da moça prendada e meiga que espera ansiosa pelo casamento, sendo este “o objetivo para o qual elas são educadas [...]” (MILL, 2006, p. 49). Este pensamento condiz com os padrões medievais, com os quais a sociedade e a Igreja pregava o ideal da mulher submissa. Durante a vigência da forte influência católica, a mulher tinha apenas que dar seu “sim” na cerimônia matrimonial, não lhe sendo permitido ter outro consentimento, a menos que seguisse os votos monásticos.

Neste mesmo período, a mulher além dos predicados de fragilidade e incapacidade, “qualificadores” através dos quais era reconhecida na sociedade patriarcal, paradoxalmente também atrai para si o estigma de vilã, capaz de manipular e confundir as decisões e os desejos masculinos. Segundo estudos da historiadora Mary Del Priore (2011),

Venenosa e traiçoeira, a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Eva cometera o pecado original ao comer o fruto proibido. O homem procurava uma responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consistia num sorriso? Nesse retrato, a caverna sexual tornava-se uma fenda viscosa do inferno (p. 35.)

A mulher era, nesta concepção, vista como mais vulnerável às tentações demoníacas, sua genitália era a passagem direta para o inferno, induzindo o homem a cometer “erros”.

Frente a isto, cabia ao homem liderá-la e protegê-la de suas próprias fraquezas. Independente do tratamento que o marido lhe oferecesse, a mulher devia apenas resignar-se. Como é possível ler nas palavras de São Basílio *apud* Léon (2006):

Porque por mais áspero e piores as condições em que o marido esteja, é necessário que a mulher o suporte, e que não consinta de forma alguma que se divida a paz. Oh! É um verdugo? Mas é teu marido! É um ébrio? Mas o acordo matrimonial fez dos dois um só. É áspero e desagradável? Porém já é parte sua e parte principal (p.33.)

Neste sentido, o homem tornava-se com o casamento senhor absoluto da mulher, pouco importando as relações afetivas entre o casal. No Brasil recém saído do Império, estes moldes de desigualdade de gênero ainda seguiam firmes, como é possível verificar na seguinte redação do Código Civil Brasileiro de 1916:

Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte, colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.

Como está claro, a mulher assumia um papel secundário, tornava-se uma auxiliar, cabendo-lhe a função de mantenedora do casamento, preservando a este o patrimônio e a moral. Além de ser imposto somente a ela o acréscimo dos apelidos ¹ do marido, como explicita o disposto legal acima citado.

Portanto, ser mulher representou durante séculos um sinônimo de fraqueza, de incapacidade e de castigo. A ideia de castigo verifica-se no pensamento de Platão, quando este ensinava que “os homens covardes que foram injustos durante sua vida, serão provavelmente transformados em mulheres quando reencarnarem” (ALAMBERT, 1986, p. 2). Entretanto, estes contextos de dificuldades produzidos nas tradições sociais e nos moldes comportamentais preestabelecidos, não foram sempre capazes de manter todas as mulheres suas reféns.

Muitas foram as que romperam com os padrões e imprimiram seu nome à história. Segundo Sarmiento (2010), Cleópatra, polêmica e poderosa rainha do Egito; a heroína e combatente do exército francês, Joana D’Arc.; Marie Curie, física polonesa, conhecida por ser a precursora dos estudos radioativos é a primeira mulher a ganhar o prêmio Nobel; e ainda Indira Gandhi e Madre Teresa de Calcutá, célebres exemplos de lutas pela paz mundial. Elas foram grandes exemplos de mulheres que, apesar das inúmeras barreiras, conseguiram vencer o poder da sociedade machista.

¹ Sinônimo de sobrenome de família, hoje em desuso.

Todavia, conforme os estudos de Pinafi (2007), ações coletivas em prol dos direitos femininos datam do fim do século XVIII, como saldo da Revolução Francesa (1789). Redigindo-se posteriormente a Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã, levando o tema às rodas de discussões intelectuais. Como fruto disto, alguns anos depois, na Inglaterra, o movimento consegue força e sensibiliza a classe para exigir o direito ao voto político. Portanto, a luta feminina para alcançar a igualdade dos gêneros vem se desenvolvendo ao longo da história da humanidade.

Hoje, aparentemente a dominação masculina parece ter sido aplacada, ou melhor, maquiada. Se tomarmos como exemplo o conteúdo das letras das músicas que estão em destaque na mídia, a desvalorização feminina e a vinculação unicamente a objeto de uso sexual vão manter o homem sobre a posição de uma dignidade soberana, não muito diferente do passado. Como é o caso do *Funk*, tendência musical responsável por produções como “Atoladinha”, interpretada por “Bola de Fogo e as Foguentas”, que apresenta um refrão em forma de diálogo entre seus cantores:” – Vai me enterrar na areia? – Não, não, vou atolar”. Tal refrão é repetido várias vezes em um tom carregado de luxúria, camuflada na duplicidade de sentido.

Entre muitas outras, uma em especial ganhou destaque nacional – “Um Tapinha Não Dói” – gravada por Mc Naldinho e Bella Furacão, e lançada pela produtora Furacão 2000. Com trechos que dizem: “Dá uma quebradinha / E sobe devagar / Se te bota maluquinha / Um tapinha eu vou te dar/ Por que: Dói, um tapinha não dói” .

Esta faixa tornou-se conhecida e com frequência divulgada nos veículos mais importantes de divulgação midiática. Todavia, embora tenha alcançado popularidade, conforme matéria noticiada pelo jornal eletrônico G1², a produtora enfrentou, a partir de 2003, um processo judicial estabelecido pelos tribunais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ajuizado pelo Ministério Público Federal e pela Themis, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Sob a alegação de exposição preconceituosa, banalização e incitação à violência contra a mulher. O processo acarretou em uma multa de 500 mil reais para o réu.

A produtora, por sua vez, recorreu da sentença, e conseguiu posteriormente a absolvição. Entretanto, é inegável que as referidas canções seguem contrárias à valorização e ao respeito à mulher. Este e outros discursos, em pleno século XXI, insistem em manter a mulher em uma condição de submissão e de símbolo sexual.

² Disponível em: <http://g1.globo.com/index.html>

Contudo, o movimento feminista e a própria atuação individual das mulheres, de fato conseguiram estabelecer vitórias e desmistificar crenças sobre a incapacidade feminina. Assim, ao longo da história do Brasil, destacaram-se, segundo artigo divulgado pela revista “Isto é” digital³, mulheres como a Marquesa de Santos, que exerceu grande influência durante o Primeiro Reinado e Chiquinha Gonzaga, abolicionista e primeira compositora da música popular brasileira, além de ser uma senhora separada, no auge do século XIX, para o repúdio geral da sociedade da época. Não podemos deixar de mencionar a farmacêutica Maria da Penha que denunciou os maus tratos que sofria por parte do seu esposo. Segundo Bacelar (2011), a coragem desta mulher repercutiu na promulgação da lei que leva seu nome: Maria da Penha⁴, sendo esta, um avanço contra a violência feminina.

Na política, a revista eletrônica História Digital⁵ afirma que Zélia Cardoso de Melo teve importante atuação na área econômica do País, chegando a ocupar o cargo de Ministra da Fazenda; outro destaque é Benedita Souza da Silva Santos, primeira senadora negra do Brasil e importante militante do Movimento Negro e Feminista. Em 1994, Roseana Sarney foi a primeira mulher eleita governadora e na campanha eleitoral de 2010, dois nomes femininos em destaque, Marina Silva e Dilma Rousseff, sendo esta última eleita para a gestão 2011-2014. Tornando-se o nome feminino de maior destaque na atualidade brasileira, e que atualmente representa o ícone de uma classe que emergiu de Amélia para *Presidenta*.

³ Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/103647_DE+ISABEL+A+DILMA

⁴ Lei nº 11 340/2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]

⁵ <http://www.historiadigital.org/curiosidades/25-conquistas-historicas-das-mulheres-no-brasil/>

2. Aspectos da trajetória feminina na política brasileira

A esfera política é um campo privilegiado para o desenvolvimento das práticas sociais, das lutas por direitos e efetivação das mudanças que a própria sociedade prescindi. Este espaço público que, no pensamento de Costa (2002), é sustentado por um sistema que entrecruza relações de dominação, nas quais um grupo lidera e outro conscientemente recebe esta dominação, esteve durante quase toda a história política do Brasil delegado aos homens. Não havia, por exemplo, na época da República Velha, cuja base estava nas mãos dos coronéis, a remota hipótese de uma mulher assumir um cargo público ou, por menor que fosse, qualquer participação num pleito eleitoral.

Este quadro de absoluta exclusão, conforme Bacelar (2011), começa a apresentar alterações com o surgimento de grupos feministas que se enveredaram pela luta dos direitos políticos das mulheres e, sobretudo em 1910, com a criação, no Rio de Janeiro então capital brasileira, do Partido Republicano Feminino e doze anos depois a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Nestas lutas, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE),⁶ o Rio Grande do Norte tornou-se em 1927 o primeiro estado da federação a permitir o voto feminino. Tendo a professora Celina Guimarães Viana como primeira eleitora brasileira. Foi também no Rio Grande do Norte que uma mulher foi eleita pela primeira vez. Alzira Soriano elegeu-se prefeita de Lajes em 1928, pelo Partido Republicano. Entretanto, a conquista foi podada, pois a Comissão de Poderes do Senado anulou os votos femininos. Em 1930, Alzira Soriano desiste do cargo por discordar da eleição de Getúlio Vargas. Voltando, posteriormente, a política como vereadora do mesmo município potiguar.

Ainda conforme dados do TSE, no âmbito nacional, o direito ao voto chega em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral que previa este direito. Contudo, a conquista ainda era desfalcada, pois abrangia apenas mulheres casadas, com prévia autorização dos cônjuges e solteiras e viúvas, desde que estas dispusessem de independência financeira, o que naturalmente era uma raridade. Apenas com o Código Eleitoral de 1934 estas restrições foram excluídas. Todavia, se para os homens o voto era uma obrigação legal do cidadão brasileiro, para as mulheres era ainda meramente facultativo. Apenas em 1946, o voto passa a ser obrigatório também para as mulheres. Nos anos seguintes, o Brasil vivenciou as primeiras eleições de mulheres para a Câmara e o Senado. Em 1933, o estado de São Paulo elegeu Carlota Pereira de Queiroz como a primeira Deputada Federal; em 1990, Júnia Marise é eleita

⁶ Tribunal Superior Eleitoral é o órgão de instância jurídica máxima da [Justiça Eleitoral brasileira](#)

por voto direto Senadora pelo estado de Minas Gerais e em 1994, Benedita da Silva é eleita a primeira senadora brasileira negra.

Sem dúvidas, um feito marcante e decisivo foi a instituição do Sistema de Cotas na Legislação Eleitoral, em 1997, por meio da lei 9.504. Essa mesma lei foi reformada em 2009, obrigando os partidos a candidatarem em suas chapas no mínimo, 30% de mulheres. Outro feito vitorioso no tocante a luta por igualdade de gênero foi a transformação da Secretaria dos Direitos da Mulher em Secretaria de Políticas para as Mulheres, que pode alcançar o *status* de ministério. Em 2005, a Casa-civil recebe Dilma Rousseff como sua primeira Ministra Chefe e em seguida, em todo o país, as mulheres começam a assumir vários cargos⁷ eletivos: vereadoras, governadoras, prefeitas e deputadas.

Na sequência de altas secretarias e ministérios, o Brasil elege pela primeira vez com 56,05% dos votos válidos, em segundo turno, uma mulher para sua presidência: a mineira Dilma Vana Rousseff, que como sucessora de Luis Inácio Lula da Silva presidirá a nação de 2011 a 2014.

2.1 Dilma Rousseff: elementos biográficos e trajetória política

Em 01 de janeiro de 2011, assumiu a presidência do Brasil Dilma Vana Rousseff, e conforme o exposto no site do Portal do Planalto Federal⁸, a presidenta é mineira, nascida em 14 de dezembro de 1947; a filha do meio do casal Pedro Rousseff, imigrante húngaro, e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ). Aos dezesseis anos, Dilma Rousseff, se lançou na vida política do país, participando de movimentos que combatiam o regime militar. Nesta época, cursava o ensino médio no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte (MG), sua cidade natal. Este era precisamente o grande centro dos movimentos estudantis da capital do estado.

Casada desde 1969 com o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão, ambos sofreram perseguições por parte da justiça militar. Sendo Dilma Rousseff condenada pelo crime de subversão, permaneceu reclusa por quase três anos, no início da década de 70. Quando foi posta em liberdade, mudou-se para Porto Alegre, onde retomou seus estudos superiores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seguiu com uma vida de cidadã comum,

⁷ Conforme o TSE estão exercendo mandato: duas governadoras, 11 senadoras, 45 deputadas federais e 134 deputadas estaduais e 657 prefeitas. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>

⁸ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>

trabalhando como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE). Em 1976 dar a luz a Paula Rousseff Araújo, sua única filha.

O casal, Dilma Rousseff e Carlos Franklin Paixão, envolveu-se na campanha pela Anistia em 1979, ocorrida nos trâmites da abertura política, chefiada pelos militares que permaneciam com o poder. Ao lado de seu companheiro, Dilma Rousseff participa da fundação, no Rio Grande do Sul, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assumindo importantes cargos na liderança do partido e por consequência, na política estadual. Militou na campanha presidencial de Leonel Brizola, em 1989, data da primeira eleição posterior à Ditadura. Com a derrota de Brizola no primeiro turno, alia-se no segundo turno a Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), que disputava o pleito com Fernando Collor de Mello.

Nos anos 90, ocupou o cargo de Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Paralelamente, prosseguia com o doutorado em Economia, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entretanto, por conta de seus envolvimento políticos não chegou a defender sua Tese, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 2001. Seus feitos no governo gaúcho lhe renderam a atenção do então recém eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois o estado não fora prejudicado com o racionamento de energia, sendo convidada pelo presidente a integrar a equipe de transição, entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), assumindo em 2003 o Ministério de Minas e Energia.

Presidiu, entre 2003 e 2005, o Conselho de Administração da Petrobrás, introduzindo o chamado biodiesel⁹; reorganizou o Setor de Minas e Energias com novos regulamentos e normas técnicas. Criou ainda o programa de apoio à população de baixa renda: Luz para Todos. Ganhando cada vez mais a confiança do presidente tornou-se a líder da Casa Civil, e coordenou vários programas importantes do governo, tais como, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Minha Casa, Minha Vida, um programa de habitação popular e a Comissão Interministerial, responsável por regular a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal¹⁰.

Em 2010, afastou-se do Governo Federal para dedicar-se a sua candidatura à Presidência da República, oficializada a 13 de junho deste mesmo ano, obtendo o total apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Pode-se dizer que seus adversários de maior representação foram José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). A eleição foi levada ao segundo

⁹ Combustível renovável e [biodegradável](#)

¹⁰ Tipo de rocha sob a [crosta terrestre](#), formada de sal petrificado e petróleo, depositada no fundo dos oceanos.

turno, terminando com a vitória sobre o candidato do PSDB. Dilma Rousseff, aos 63 anos de idade, elegeu-se a primeira mulher *Presidenta* do Brasil.

3. Breves considerações sobre linguagem e discurso

A língua está na base de nossos conhecimentos e indagações sobre como o mundo se organiza e sobre como nos relacionamos com ele e com as pessoas com as quais convivemos. A forma como usamos a linguagem nos confere identidade, esta por sua vez “é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p. 13). Assim, compreendendo a identidade como um processo inacabado é que podemos relacioná-la com a linguagem, por meio da qual “observamos uma construção histórica dos sujeitos, ou seja, de suas práticas sociais” (PEREIRA, 2012, p. 2).

Como aponta Bakhtin (2006), a linguagem carrega na sua essência a cultura, a interação e o social, “a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores” (p. 127). Nesta visão, o autor pressupõe uma concepção da linguagem que existe coletivamente, na qual os sujeitos de uma dada sociedade, historicamente, interagem pela palavra, criando e recriando um código de significados relacionados à sua própria visão de mundo. Assim, a língua transforma-se com o tempo, tomando para si novos valores e ideias segundo o grupo social que a utiliza.

Neste sentido, os processos que constituem a linguagem são históricos sociais, o que nos leva a estudá-la no próprio seio da sociedade. Posto que, é na forma como se usa a linguagem no cotidiano que se descortina o papel social de seu usuário, além de desvendar as intenções discursivas que este adota ao mencionar um determinado enunciado, em uma dada situação ou quando o suprime em outra.

Em outras palavras, a linguagem é um sistema de significação da realidade, que separa a coisa representada e o signo que a representa; no próprio afastamento e nesta representação é onde reside a ideologia. Por esta razão, considera-se o discurso como o ponto de articulação do processo ideológico e do fenômeno linguístico, como verificamos nas palavras de Brandão (2004):

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social. Ela não é neutra e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (p.11).

Portanto, o discurso é, de modo sucinto, a palavra em movimento, é o meio que media o indivíduo e a realidade, como representante de um objeto sócio-histórico, no qual a base é o linguístico e onde se confrontam o político e o simbólico. Faz-se, pois, necessário, para a

compreensão do que vem a ser o discurso, observar as condições de produção, as formações discursivas e a forma como funciona em relação as suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Como objeto de estudo, o discurso apresenta

[...] as condições de base, que é a língua, e o processo que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, [o discurso] reúne sujeito e sentido. Desse modo o sujeito se constitui e o mundo se significa (ORLANDI, 2005, p. 96).

Nesta perspectiva, o sujeito e o sentido dão forma ao discurso, tendo através da ideologia uma comunhão entre o que o sujeito acredita e como manifesta isto através da linguagem.

3.1 Alguns elementos do discurso político

Próprias da natureza da humanidade as relações de poder são perceptíveis em muitos campos sociais, no entanto, é na política que encontram seu meio mais frutífero. Como explica Charaudeau (2008):

O campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder. Se é claro que todas as fases desse jogo podem ser colocadas no mesmo plano sob o ponto de vista de uma ética política, é igualmente claro que nos encontramos aqui na articulação do que são as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (o político) e a disposição dos meios para atingi-los (a política) (p. 267).

É neste sentido que a esfera pública, como dona de um importante papel na dinâmica contemporânea é palco dos anseios coletivos e justificadora das ações pré-estabelecidas dentre as relações de poder que são constituídas entre as partes envolvidas. Como já foi mencionado, de acordo com Costa (2002),

o espaço público é fundamental para um sistema político representado na forma de uma dominação consentida, na qual as decisões necessitam ser continuamente fundamentadas e justificadas, dependendo da concordância da comunidade política para sua implementação (p. 15).

Em linhas gerais, para entendermos o que é a política, observemos a definição de Champagne (1988). A política é

uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos fazer triunfar sua visão de mundo e impô-la como visão correta ou verdadeira ao maior número possível daqueles que são, econômica, e, sobretudo, culturalmente desfavorecidos (p.21).

A referida monopolização da palavra pública, dar-se no ato da produção dos discursos, na luta simbólica mencionada pelo estudioso, estes discursos já nascem carregados de um simbolismo específico e de múltiplas significações. E quando refletimos quem são os personagens envolvidos, compreendemos a identidade do discurso e como cada símbolo e significado é produzido de acordo com as relações que produzem. É importante que compreendamos que a “[...] identidade do sujeito passa por representações sociais: o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 117). Neste sentido, os sujeitos emissores passam a galgar aceitação por parte de seus interlocutores, que no caso da esfera política é o eleitorado. Ainda segundo Charaudeau (2008),

a exemplo da legitimidade, a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-los digno de crédito (p. 119).

Portanto, esta credibilidade desejada vai ser alcançada conforme o político exprime uma identidade que ele mesmo tece de si próprio. Como está explícito em Charaudeau (2008), *apud Sant’ Anna* (2012),

o político encontra-se sempre tomado por uma dramaturgia que o obriga a construir para si um personagem, certa figura que vale como imagem de si, e que faz com que a construção do ethos tenha características próprias. (p. 02)

O cuidado na escolha do vocabulário e até mesmo na entonação das palavras tudo compete para a construção da identidade discursiva do candidato. Estas escolhas linguísticas e a forma como dizê-las serão, pois, responsáveis pelo crédito que seus eleitores vão ou não lhe conferir.

4. O discurso da presidenta: a construção do *ethos feminino*

“Queridas brasileiras e queridos brasileiros, pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”.¹¹ Com estas palavras o discurso de posse¹² da então recém eleita presidenta Dilma Rousseff marca o ápice de uma era esperada, a titulação eletiva máxima alcançada por uma brasileira, galgada num espaço temporal de 80 anos entre Alzira Soriano, primeira prefeita eleita em um município brasileiro, (Lajes, RN) e Dilma Rousseff primeira *presidenta* do Brasil.

Assim, a estadista coloca-se, conforme suas palavras, como um marco para uma nova era, uma mulher pioneira que indica a porta aberta para que outras façam o mesmo. Alimentando as expectativas da classe feminina através da imagem que cria de si, oferecida como um reflexo da nova realidade, pois “todo ato de linguagem resulta na construção de uma imagem de si” (SANT’ANNA 2012, p. 02). E esta mesma imagem, do ponto de vista político, deve corresponder aos anseios do público ao qual se destina, neste caso, às brasileiras. Ao apresentar-se como sujeito desta dita realidade, a *presidenta* busca, em outras palavras, conquistá-las, do ponto de vista de governante e governado.

É justamente na construção desta imagem e das relações que lhe são subjacentes que se constitui o *ethos*. Termo que remonta a antiguidade clássica, na qual gregos e romanos discordavam sobre o instante da sua formação. Para os Gregos, a realização do *ethos* se dava no momento da enunciação, não correspondendo obrigatoriamente à realidade do sujeito que enuncia. Os romanos, por sua vez, entendiam-no baseado na autoridade do enunciador, em fatores pré-estabelecidos, ligados à noção da moral ou da reputação do locutor.

Este estudo compreende a noção de *ethos* como sendo, a imagem do enunciador instituída no discurso, como a personalidade revelada naquela enunciação, ainda que não seja de fato, a identidade real de quem diz. Assim, “o *ethos* está [...] vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real” (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, sujeito da enunciação” (MAINGUENEAU, 1995, p. 138).

Neste sentido, o *ethos* do orador está diretamente vinculado a própria cena enunciativa. Sua realização não é explícita, mas permite sua compreensão, atrelada as inferências e às interpretações dedutivas do ouvinte, o qual representa a figura do co-

¹¹ Discurso da posse de Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional Brasileiro

¹² (Ver Anexo, p. 35)

enunciador, a quem, para Maingueneau (1995), lhe é facultado captar a imagem do enunciador durante o processo da enunciação.

Como vimos no fragmento da fala de posse da presidenta, ela busca criar um vínculo ou um laço afetivo entre ela, a primeira mulher eleita presidenta, e as demais mulheres brasileiras. Valorizando a figura feminina, começa a construção do seu *ethos*, apoiando-se na sua própria condição de mulher. Como se sabe, no campo político, o *ethos* é estabelecido primordialmente sobre as categorias de credibilidade e identificação, podendo estas ser explicadas segundo a visão de Sant' Anna (2012):

A credibilidade é estabelecida através de uma identidade discursiva realizada pelo sujeito falante de modo que os ouvintes o julguem digno de crédito. [...] A identificação, por sua vez, é o resultado do afeto social no qual o cidadão, por meio de um processo de identificação, vê sua identidade refletida ou representada na imagem do político (p. 03)

Estes aspectos são perceptíveis nos enunciados da presidenta, nos quais, fica explícita sua pretensão em identificar-se com as mulheres do País, evidenciando seu amadurecimento nos âmbitos político e social. Logo, não se trata de um discurso voltado apenas àquela mulher sofrida, a mulher relegada à função de “rainha do lar”, mas de um discurso que se torna consonante com as vitórias feministas, com a credibilidade que as mulheres vêm alcançando ao longo de toda a trajetória de lutas e reivindicações de direitos. Por conseguinte, Dilma Rousseff constrói um *ethos* herdeiro das lutas de gênero, embasado na representação da classe feminina.

4.1 O signo *presidenta*: símbolo do triunfo feminino

A vitória nas urnas, por parte de Dilma Rousseff, indicou não apenas uma vitória política, mas, sobretudo social. Consciente disso, para instigar o ego de cada brasileira a tomar aquele feito como exemplo a ser seguido, a estadista afirma em seu discurso de posse no Congresso Nacional: — “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que - no dia de hoje - todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.

Com estas palavras, fortes e emocionadas, a representante do PT passa às mulheres a ideia de que para elas, a partir de sua eleição e posse, o caminho já estaria não somente aberto como acessível a todas as brasileiras. Ser *presidenta* seria, pois uma realidade concreta.

É evidente que a maioria dos brasileiros não percebe a relação social atrelada a esta pequena alteração do morfema, pois “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e, no entanto significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2005, p. 20). Por isso mesmo, o termo *presidenta* é constituído neste contexto como um identificador da ascensão da mulher brasileira.

Nesta perspectiva, o signo *presidenta* assume uma significação além da noção geral de substantivo feminino. E para concretizar a sua posição social e histórica, Dilma Rousseff opta pelo signo *presidenta*. Pois, como afirma Pêcheux,

o sentido de uma palavra, proposição não existe em si mesmo isto é, em sua relação transparente com a literatura do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (apud BRANDÃO, 2004, p. 77)

Conforme estudos de Orlandi (2005), os enunciados devem ser interpretados segundo a formação discursiva a que pertencem. No caso das toaletes, por exemplo, nas portas estão afixadas placas de identificação, nestes casos o “O” ou o “A”, ou os substantivos biformes, homem e mulher, estes distinguirão a quem se destina aquele espaço, se para o público feminino ou masculino. O que pode ser compreendido segundo a estudiosa, da seguinte forma:

Isso refere, em nossa memória, o fato de quem em nossa sociedade, em nossa história, a distinção masculino/feminino é significativa socialmente até para distinguir lugares próprios (e impróprios...). Por isso esse ‘O’ tem sua historicidade, resulta em um trabalho de interpretação (ibidem, p. 69).

Como é possível perceber, os falantes usam a língua para fazer a distinção entre o que é para o uso de homens ou de mulheres. Há uma interpretação, portanto, intrínseca que naquele ambiente há uma segregação entre os seus pretensos usuários. Assim, a estes e a outros enunciados cabem interpretações, sobre o que está implícito, ou seja, sobre aquilo que está dito em suas entrelinhas. Portanto, assim como procurar compreender o sentido inerente à variação entre os dizeres *masculino* e *feminino*, no caso dos toaletes, é também possível buscar a compreensão arraigada à historicidade presente na diferenciação entre *presidente* e *presidenta*.

Assim, o morfema *-a*, acrescido do radical *president-* faz mais do que marcar a variação de gênero, pois carrega em si uma noção histórica, em terras brasileiras, da ausência da mulher em um cargo eletivo tão expressivo. Razão pela qual a palavra gera polêmica entre

a maioria dos brasileiros, com maior ou menor escolaridade, muito é especulado, críticas circulam na mídia e nas ruas, algumas recorrem a suposições de erro gramatical, outros apenas mostram-se incomodados em ouvir a variação feminina do termo. No País, o uso do signo *presidenta* suscita cada vez mais polêmicas, desde alguns órgãos da mídia brasileira, que se recusam a fazer uso desta variante e não excluem o uso do feminino “a presidente”, a usuários da língua que ainda evitam-no por medo de estar cometendo um erro perante a norma culta.

A justificativa gramatical comum para as críticas ao termo *presidenta* é construída baseada na classificação dos substantivos com a terminação em – *ente*, sendo definidos como comum de dois gêneros, portanto invariáveis: o feirante, a feirante; o estudante, a estudante etc. Seguindo esta orientação, o uso “correto” seria “o presidente” ou “a presidente”.

Todavia, o fato é que não somente o Diário Oficial da União adota o termo *presidenta*, para fazer referência a Dilma Rousseff em suas menções oficiais. Dicionários respeitados, tais como o de Antônio Houaiss (2001, p. 2292) e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004, p. 1626) fazem o registro do termo *presidenta* como feminino de *presidente*. E até mesmo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, produzido e editado pela Academia Brasileira de Letras (2009, p. 674), aponta essa mesma variação de gênero (masculino/feminino). Todos com data anterior a nova realidade do campo político brasileiro, portanto, julgar que o termo *presidenta* seja uma criação de Dilma Rousseff, nada mais é que difundir um mito, e perpetuar as injustiças à mulher. Tendo em vista que,

a palavra “presidenta” é usada em português ao menos desde 1872. Foi usada por Machado de Assis em 1880, no romance Memórias Póstumas de Brás Cubas. E abonada no Vocabulário Ortográfico e Ortoépico de Língua Portuguesa, de Gonçalves Viana (Livreria Clássica Editora, Lisboa, 1909). (Rev. Língua Portuguesa, Ano 9, nº100, fevereiro de 2014, p. 31).

A realidade é que esta não é a única polêmica linguística de flexão de gênero que os brasileiros estão vivenciando. Outras questões são levantadas, a exemplo de: Qual será o feminino de soldado? E o feminino de bombeiro? E de carteiro? E o de gramático? O conhecido Evanildo Bechara, autor da Moderna Gramática da Língua Portuguesa (2009) é um gramático. E Maria Helena Moura Neves, autora da Gramática de Usos do Português (2003), é uma gramática?

O fato é que todos esses questionamentos (e outros aqui não mencionados) apontam para uma realidade social, histórica e ideológica, ou seja, estamos falando de funções outrora tidas como exclusivamente masculina, a exemplo de marechal / marechala, coronel / coronela,

sargento / sargenta, juiz / juíza, ministro/ ministra, vereador/ vereadora, prefeito / prefeita, deputado / deputada, senador / senadora. Alguns desses termos ainda soam estranhos, outros não mais. Não é a língua portuguesa que condena algumas dessas flexões, muito pelo contrário, como aqui mesmo já comprovamos, podemos encontrar na própria Gramática Tradicional alguns outros exemplos de substantivos terminados em –ente, tais como: infante / infanta, governante / governanta, por que não presidente / presidenta ? Assim sendo, porque encontramos na sociedade brasileira a forte resistência, por parte de muitos, de aceitar a tendência natural da formação do feminino na língua portuguesa? A repulsa a esses novos termos encontra espaço no discurso machista que se nega a aceitar alguns fatos não somente da língua, mas principalmente da sociedade e da história.

O que se observa, portanto, é que o signo *presidenta* embora novo do ponto de vista da configuração política do País, já estava incorporado à língua em datas anteriores ao pleito eleitoral que conferiu a uma mulher, o cargo de presidenta. Assim, como explica Marcos Bagno (2013),

o verbete mais completo, o do Houaiss, traz entre parênteses o ano de 1872, que é a data da primeira ocorrência escrita da palavra. Ou seja, a palavra *presidenta* não representa absolutamente nenhuma novidade na língua, nem tampouco é uma idiosincrasia da presidenta Dilma Rousseff — a verdadeira novidade é, isso sim, e não me canso de repetir, uma mulher na Presidência da República.¹³

Como é possível perceber, argumentos filológicos não são uma base sólida de sustentação para as críticas ao uso do signo *presidenta*, pois a sua existência antecede largamente a eleição de Dilma Rousseff. A justificativa mais evidente é que a resistência de muitos não é propriamente à palavra, mas à ideia de uma mulher presidir a nação. Um fato atrelado às ideologias preconceituosas e machistas que não concebem uma liderança feminina, no poder executivo.

Por tudo isso, na concepção da própria Dilma Rousseff, afirmada durante participação no programa “Mais Você”, da rede Globo, em março de 2011, variar o gênero é responder ao esforço de todas as mulheres: “Devo isso às mulheres brasileiras... de ser presidenta”. Numa questão discursiva, o signo elegido por ela como sendo o ideal para indicar o seu cargo, traz para si, neste contexto, uma carga ideológica. Podemos, pois, recorrer a Bakhtin (2006) e afirmar que todo signo é ideológico. O “pão”, por exemplo, é um objeto do consumo comum, todavia ao torna-se “o pão da comunhão”, forte elemento de representação dos dogmas

¹³ Disponível em: <http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/blog/preconceito/a-lingua-a-mulher-e-a-presidenta.html/>

cristãos, transforma-se em um signo ideológico, pois o próprio “signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e retrata uma outra”(p. 32).

Contudo, todo produto de consumo social, natural ou tecnológico pode tornar-se um signo ideológico. Assumindo, de acordo com o contexto de sua inserção suas próprias orientações e particularidades, valendo-se de seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral (ibidem, p. 31).

Para o pensador russo, como já foi dito, o signo é naturalmente ideológico. E tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, “[...], tudo que é ideológico é signo. Sem signos não existe ideologia” (ibidem, p. 29). Este raciocínio viabiliza nossas afirmações acerca da natureza ideológica do signo *presidenta*, pois este reúne a valorização das mulheres brasileiras.

4.2 Vocativos femininos: escolhas linguísticas e/ou ideológicas

Para Evanildo Bechara (2004), o vocativo seria “uma unidade à parte [...] cumpre uma função apelativa da 2ª pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos” (p. 460). Esta explicação segue em conformidade com as Gramáticas Tradicionais e os Dicionários de Linguística, nos quais o vocativo aparece identificado como um termo que evidencia o ser a quem nos dirigimos, sem relacionar-se sintaticamente com outros elementos da oração (SACONNI, 1991; CEGALA, 1985; LUFT, 2008).

Numa visão mais abrangente, os postulados de Perini (1995) explicam que não seria viável uma análise por vias sintáticas deste termo, considerando o fato de que, não existe propriamente, uma relação sintática entre o vocativo e a oração. O estudioso entende que esta ligação não é de caráter estrutural, mas refere-se à organização do discurso. Neste sentido, é possível afirmarmos que se o vocativo integra diretamente a organização discursiva, também este será regulado pela intenção pessoal do locutor. A qual varia de acordo com o que o mesmo pretende estabelecer com o seu interlocutor.

Em termos gerais, é importante ressaltar que em enunciados oficiais ou mesmo em informais, os falantes da língua portuguesa estão acostumados a empregar o masculino como sendo de uso geral, visto que na nossa língua não há um gênero neutro. Por exemplo, ao entrar em um recinto no qual estejam presentes homens e mulheres, é natural saudar com “Boa noite a todos”. Assim como em qualquer outra situação. Em um ambiente em que estejam presentes cinquenta pessoas, ainda que sejam quarenta e nove mulheres e um homem, a saudação

esperada, prescrita pela Gramática Normativa será “em consideração” a um único indivíduo, no masculino, e esta terá um valor comum aos dois gêneros.

Esta tradição de termos masculinos possuem um valor semântico universal destoa dos discursos oficiais difundidos pela *presidenta* Dilma Rousseff. Como já foi explicitado a estadista exalta em seus discursos o poder feminino. Além do polêmico signo *presidenta*, cabe-nos um olhar sobre os vocativos presentes em suas falas, confirmando assim a nossa tese, defendida neste trabalho. A líder do executivo nacional escolhe individualizar os vocativos, optando por referir-se a ambos os sexos individualmente, como é possível verificar no trecho a seguir do seu pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e TV, pela passagem do Dia do Trabalho, em 01 de maio de 2013:

Queridas trabalhadoras e queridos trabalhadores, o Brasil passou a ser mais Brasil quando o brado por mais emprego, mais salário e mais comida deixou de ser um grito solitário dos trabalhadores para ser a voz e o compromisso de toda uma nação.

A princípio evoca tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras, contrariando ao que é comum do ponto de vista da Gramática Normativa e do enfoque genérico ao referir-se a um grupo misto, composto por homens e mulheres. Naquele momento, citar “queridas trabalhadoras” está além de uma mera remissão, vem para exaltar a presente configuração do estado brasileiro, no qual as mulheres representam uma parcela significativa no mercado de trabalho.

Este contexto é justificado, na escolha em marcar o termo “trabalhadora”. Ao evidenciar as mulheres como trabalhadoras, Dilma Rousseff está enaltecendo o trabalho feminino e ao mesmo tempo identificando-se com essas mulheres trabalhadoras, pois de acordo com Bakhtin (2006),

os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. (p. 32)

Assim, tendo consciência do seu papel social como mulher, a *Presidenta* cria através dos signos linguísticos que usa uma interação entre ela e as demais brasileiras. Um louvor evidente a força e a importância que ganharam ao longo dos processos de superação; sendo a própria Dilma Rousseff um ícone para o movimento feminista. Por isso “sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social” (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Nesta perspectiva, cada vocativo feminino, presente no discurso de 1º de maio e em todos os demais discursos, tem como função aclarar a inclusão das mulheres no hall proativo da sociedade brasileira. Para tanto, quem discursa constrói antes uma rede de representações imaginárias em que o sujeito que enuncia, coloca-se segundo o mecanismo de antecipação, “no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (ORLANDI, 2005, p. 39).

Retornando ao discurso de 1º de maio de 2013, observemos o exposto a seguir: “É por isso que nós, brasileiras e brasileiros, estamos tendo, nos últimos anos, a alegria de comemorar o 1º de Maio [...]”. Como é possível observar, mais uma vez, o discurso não tem um interlocutor genérico, dedica-se individualmente a “brasileiras e brasileiros”. Outro fator determinante para comprovar esta atenção especial direcionada à identidade feminina é percebermos que as proposições citadas se colocam anterior ao vocativo masculino, indicando a nova posição social das mulheres, referenciando a nova formação identitária da sociedade. Além disso, cria uma aproximação do público. Quando acrescenta o pronome nós, ela se coloca dentro do grupo a quem dedica sua fala, tornando-se autora e espectadora do discurso. Fato que concorda com o pensamento de Orlandi (2008), no qual os dizeres do sujeito determinam e são determinados, simultaneamente e externamente, na própria produção do discurso.

Ainda confirmando o que acabamos de afirmar, constatamos no pronunciamento de 1º de maio de 2013, o seguinte desfecho: “Viva o Brasil! Viva a trabalhadora! Viva o trabalhador brasileiro!” Seu pronunciamento é encerrado com uma tentativa de identificação com o outro. Ao lançar um “viva” à trabalhadora, inclui-se neste grupo, saudando-o está, portanto trazendo o aplauso para si mesma. Pois, como explica Geraldi (2010), a identificação é o fruto desta aproximação com outro, da ligação que ocorre entre participantes de um mesmo contexto. Neste caso, é possível afirmar que “a trabalhadora” é a mulher brasileira, e Dilma Rousseff como tal se coloca. Dada afirmação corrobora com o pensamento de Bakhtin (2003), quando este afirma que

tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior [...] Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo (p. 373).

Assim, buscando regular uma reciprocidade por parte da nação, desde o momento em que foi eleita, Dilma Rousseff já antecipa, através de seu discurso, que a eleição de uma

mulher à presidência da república é algo inédito, no entanto tornar-se-á uma constante. Em seu primeiro pronunciamento como *presidenta* logo depois de declarada a apuração dos votos do segundo turno, em outubro de 2010, ela afirmou:

Recebo hoje de milhões de brasileiros e brasileiras a missão mais importante da minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso País: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. (AMARAL, 2011, p. 301).

Como se observa nas palavras da estadista, a nova realidade do Brasil será a mulher com acesso à presidência. Ao citar o fato como inédito, a *presidenta* toca na questão histórica, de tudo que já fora supracitado em relação à ausência de um espaço social para a mulher, ao mesmo tempo em que regula, com suas palavras, a adesão e o apoio feminino para si.

Em síntese, o que ocorre é que o discurso da *presidenta* a coloca como mulher junto à mulher brasileira, ao lado da trabalhadora. Dilma Rousseff constrói, portanto, um *ethos* de identificação com a mulher trabalhadora brasileira, capaz de ser líder e atuar positivamente dentro da nação. Visto que, ao exaltar os feitos, exalta a si mesma como um ícone, ou melhor dizendo, como um símbolo de um triunfo, do amadurecimento social da mulher e do Brasil. Neste sentido, o discurso político-feminista de Dilma Rousseff faz uma fusão social entre mulher e *presidenta*, portanto, a vitória de uma prediz a vitória da outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de tudo que aqui foi exposto, é possível afirmar que as mulheres sofreram desde os primórdios da história da humanidade com qualificadores predicados que as inferiorizaram, pautados em preconceitos de origem patriarcal, nos quais a mulher só tinha a função de cuidar do lar e gestar os filhos. Quando não seguia este molde, recebia adjetivos depreciativos de bruxa ou prostituta. Nestes casos, estava condenada à morte ou ao exílio social.

Não obstante, ao longo dos séculos, muitas mulheres se destacaram na busca por um lugar proativo na sociedade. Cada uma, a seu modo e a seu tempo, contribuiu para que a (r)evolução social no âmbito dos gêneros acontecesse, e para que a mulher pudesse ser hoje, taxista, caminhoneira, engenheira e entre tantas outras atividades possíveis, a mulher é hoje *Presidenta* da República. É justamente nesta nova configuração político social que a hipótese levantada no início desta pesquisa vem a ser confirmada, assim como a problemática passa a ser respondida, pois quando, Dilma Rousseff opta por usar o signo *presidenta* ao invés de *a presidente*, não o faz aleatoriamente, mas respaldada em um discurso feminista, que está reunido em único signo ideológico, evidenciando a consolidação da posição social que a mulher brasileira ocupa neste Século XXI. Assim, o signo *presidenta* e/ou cada um dos vocativos proferidos por Dilma Rousseff, presentes no *corpus* deste estudo e elucidados a luz da análise do discurso, tornam-se símbolos concretos da efetivação do espaço público feminino.

A guisa de conclusão, é possível enfatizar que com um discurso feminista impresso no signo *presidenta*, Dilma Rousseff, por meio da linguagem, registra o triunfo das mulheres. Não somente no âmbito político, mas, frente a um passado de anulação, o presente é desenhado com a mulher no papel principal, tecendo do ponto de vista dos gêneros, um novo amanhã.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. VOLP – *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5 ed. Global: São Paulo, 2009.

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo*. O ponto de vista Marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

BACELAR, Edna Regina da Silva. A mulher no mercado de trabalho. *Revista de Estudos Feministas*: São Paulo, 2011.

BAGNO, Marcos. *A língua, a mulher e a presidenta*. 2013. Acesso em 09 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/blog/preconceito/a-lingua-a-mulher-e-a-presidenta.html/>>.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BESSA, Karla Adriana Martins. *Papel da Mulher na Sociedade ao longo da história*. 2007. Acesso em 27 de novembro de 2013. Disponível em <http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1653449-papel-da-mulher-na-sociedade/>>.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a análise do discurso*, Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1985.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

COSTA, Sérgio. *As Cores de Ercília: democracia configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauri de Sales. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GERALDI, João Wanderley. *Ancoragens: estudos bakhtinianos*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2010.

LEÓN, Fray Luís de. *A perfeita mulher casada*. Trad. Liliana Raquel Chawat. São Paulo: Escala, 2006.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 1995.

MILL, Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Dulce Valente. *Identidade feminina no discurso da presidenta Dilma Rousseff: análise pragmática do ethos discursivo*. 2012. Acesso em 07 de fevereiro de 2014. Disponível em <http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/23>>.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática. 1995.

PINAFI, Tânia. *Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade* in: Revista Histórica, Ed nº 21, abril/maio de 2007. Acesso em 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>>.

PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas*. São Paulo: Planeta, 2011.

Rev. Língua Portuguesa, Ano 9, nº100, fevereiro de 2014, p. 31.

SACONNI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática: teoria*. São Paulo: Atual, 1991.

SANT'ANNA, Simone. *O ethos no discurso político de Dilma Rousseff*. In: X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, Anais: 2012.

SARMENTO, Caroline. *Mulheres que fizeram história*. In: *Revista Digital Corpo a Corpo*. 2010. Acesso em 10 de janeiro de 2014. Disponível em <http://corpoacorporo.uol.com.br/blogs/mulher-de-corpo/mulheres-que-fizeram-historia-conheca-quem-sao-e-suas-vidas/2020>>.

SILVA, Sergio Gomes da. *Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher*. *Psicologia, ciência e profissão*, UFRJ, Brasília, v. 30, n. 3, p. 556/557, setembro 2010.

ANEXO

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,
Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela trás consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser

presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luis Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o presidente Lula deixou para todos nós.

Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e

aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do centro-oeste, a força industrial do sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. E este é o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa - reitero - manter a estabilidade econômica como valor absoluto. Já faz parte de nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que esta praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas duas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o

povo brasileiro.

Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis de governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de

aliciamento de jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate as drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicita as famílias.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente desta política é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no Pré Sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra: "o que tem de ser, tem muita força".

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e a matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive num ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento da produtividade.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país

crescer aceleradamente, sem destruir o meio-ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energia hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Européia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

Dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios e dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intansigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de

servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e as parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para aturem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tomaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"

É com esta coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que

me acompanha e me abençoa.

É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!"

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Brasília/DF

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>